

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 287.868 - RJ (2013/0018292-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : IRACEMA VERONICA DIAS DO SANTOS E OUTROS  
**ADVOGADO** : FLÁVIA MARTINS MORETH E OUTRO(S) - RJ140598  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU  
**ADVOGADOS** : DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - RJ002255A  
BIANCA FUNDÃO DE MENEZES - RJ140955  
ADRIANA SANT'ANA MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
RJ170147  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ Fl. 498):

*APELAÇÃO CÍVEL. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta em face de COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, pelo rito sumário, em razão do falecimento do filho e irmão dos autores, vítima de queda sofrida durante viagem na composição pertencente à ré. Sentença que julgou procedente o pedido autoral, condenando a ré a indenizar aos autores pelos danos morais perpetrados, a pagar pensão mensal, despesas com luto, funeral e sepultura perpétua à primeira demandante. Inocorrência de ilegitimidade dos irmãos da vítima para figurar no pólo ativo da demanda, bem como de prescrição. Responsabilidade da empresa demandada devidamente caracterizada. Danos morais evidenciados. Quantum indenizatório majorado em relação à mãe do de cujus, para o patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e mantido em relação aos irmãos, ou seja, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um. Contabilização dos juros moratórios a partir da data da citação. Provimento parcial ao 1º recurso e desprovimento do 2º.*

Opostos embargos de declaração pela parte ora recorrente, foram rejeitados (fls. 545/558).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 17, II, do Decreto n.º 2.681/12, 402 do Código Civil de 2002, 1.059, 1.062 e 1.536, § 2º, do CC/16 e 21 do CPC/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese,

que a) a hipótese é de culpa exclusiva da vítima, pois *"encontrava-se na forma de pingente no trem"* (fl. 566), não sendo devida qualquer indenização; b) não há prova dos danos materiais referentes ao *"luto, funeral e sepultura perpétua"*, não sendo admitida a condenação com fundamento em presunção de prejuízo; c) não há comprovação de que a vítima exercia atividade laborativa apta a ensejar a condenação da recorrente ao pagamento de pensão no valor de 2/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 anos e 1/3 do salário até 65 anos; d) caso mantido o pensionamento, este deverá ser arbitrado em 1/3 do salário mínimo; e) os juros de mora devem incidir no percentual de 0,5% e a partir da citação; f) *"não há que se falar pagamento de honorários advocatícios pela recorrente, tendo em vista a reciprocidade demonstrada"* (fl. 573); g) o valor da indenização por danos morais é extremamente superior ao concedido em casos análogos.

Apresentadas contrarrazões às fls. 604/611.

É o relatório. Passo a decidir.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A Corte de origem, com fundamento no acervo fático-probatório constante nos autos, manteve o reconhecimento da responsabilidade civil da ré, ora recorrente, pelo acidente fatal que vitimou o filho e irmão dos autores. Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 506/507):

*"Não merece prosperar a alegação recursal de que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, uma vez que em nenhum momento restou comprovado que a vítima foi responsável pelo acidente.*

*Ao contrário, o que ficou claramente demonstrado nos autos, através do registro de ocorrência de fls. 16, e do depoimentos prestados pelo autor às fls. 302 às fls. é que a causa Mortis foi de fato a queda sofrida de um dos vagões do trem da empresa demandada.*

*Portanto, não se vislumbra das provas carreadas aos*

*autos qualquer participação da vítima para a ocorrência do sinistro.*

*Assim, os autores cumpriram com seu ônus probatório demonstrando a conduta negligente da ré, o nexo causal entre esta e o dano ocorrido, a morte da vítima. Cabia à ré comprovar alguma causa excludente de responsabilidade para afastar a indenização.*

*Entretanto, não comprovou que o fato decorreu de culpa exclusiva da vítima, realizando meras alegações infundadas de que a vítima teria sido a única culpada pelo evento danoso causado a ela.*

*O transportador, portanto, deve ser responsabilizado pelos danos causados ao passageiro no exercício de sua atividade.*

*Nesse sentido, a sentença recorria mostra-se irretocável".*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de aferir se houve culpa exclusiva da vítima, bem como se a vítima "encontrava-se na forma de pingente no trem" (fl. 566), tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

De outro lado, ao manter a condenação da ré ao pagamento das "despesas com luto e funeral no valor de R\$ 1.500,00", sob o argumento de que "as mesmas dispensam comprovação, posto que decorrem da certeza do sepultamento", a Corte de origem decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que, sendo incontroverso o óbito, as despesas com o funeral são presumidas e independem da comprovação dos gastos. Confirmam-se:

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ENTRE O AUTOR DO DANO E A PESSOA DEMANDADA. BASE DE CÁLCULO DA PENSÃO. NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. QUESTÕES DE FATO. SÚMULA N. 7 DO STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. TERMO FINAL E REVERSÃO DO PENSIONAMENTO. DESPESAS COM SEPULTAMENTO DA VÍTIMA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULA N. 83 DO STJ.**

*1. A alegação genérica da existência de omissão no acórdão recorrido não é suficiente para demonstrar a ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, exigindo-se do recorrente a prova de que a Corte local, embora provocada, não se pronunciou sobre matéria relevante para a solução da controvérsia.*

2. A revisão do entendimento sobre a existência de vínculo entre a pessoa jurídica demandada e o motorista responsável pelo acidente, a base de cálculo da pensão e a necessidade de constituição de capital é inviável em sede de recurso especial. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

3. Mostra-se de acordo com os parâmetros da jurisprudência do STJ a indenização estabelecida no equivalente a 450 (quatrocentos e cinquenta) salários mínimos a família de vítima fatal de acidente de trânsito.

4. No que se refere ao termo final da pensão, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que deve ocorrer na data em que o filho da vítima completa 25 (vinte e cinco) anos de idade, garantido o direito de a viúva crescer. Precedentes.

**5. Sendo incontroverso o óbito, as despesas com o funeral são presumidas, de modo que é adequada sua fixação limitada ao mínimo previsto na legislação previdenciária, independentemente da comprovação dos gastos.**

6. Conforme dispõe a Súmula n. 326 do STJ, "na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca".

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 113.612/SP, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, DJe 06/06/2017)

**PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS PROPOSTA POR FAMÍLIA DE VÍTIMA DE ACIDENTE FATAL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.**

1. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos.

2. Inviável a análise da negativa de vigência a dispositivo legal que não estava em vigor à época dos fatos.

3. Mesmo antes da Constituição Federal de 1988 e da entrada em vigor do Código Civil de 2002, já se reconhecia a responsabilidade objetiva da empresa concessionária de energia elétrica, em virtude do risco da atividade.

4. O risco da atividade de fornecimento de energia elétrica é altíssimo sendo necessária a manutenção e fiscalização rotineira das instalações. Reconhecida, portanto, a responsabilidade objetiva e o dever de indenizar.

**5. Conforme a jurisprudência sedimentada no Superior Tribunal de Justiça, sendo incontroverso o óbito, as despesas com o funeral, são presumidas, de modo que é adequada sua fixação limitada ao mínimo previsto na legislação previdenciária.**

6. É inoficiosa a dependência econômica do descendente em relação ao ascendente e do dever deste de prover a subsistência

*daquele, sendo, conseqüentemente, devida reparação por danos materiais ao filho menor.*

*7. Reconhece-se também que a viúva sofreu prejuízos materiais em decorrência da morte do marido, cuja renda era de fundamental importância para o sustento da família.*

*8. Diante das peculiaridades do caso, razoável a fixação da compensação por danos morais no valor de 300 salários mínimos a cada um dos recorrentes.*

*9. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.*

(REsp 1095575/SP, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 26/03/2013)

**ACIDENTE FERROVIÁRIO. TREM QUE TRAFEGAVA COM AS PORTAS ABERTAS. VÍTIMA FATAL. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7/STJ. PROVA DAS DESPESAS HAVIDAS COM FUNERAL. DESNECESSIDADE. PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. DESNECESSIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA.**

*1. Tendo o acórdão recorrido assentado a ausência de prova de culpa exclusiva da vítima, a alteração dessa conclusão esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.*

*2. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, não se exige a prova do valor efetivamente desembolsado com despesas de funeral, se o montante arbitrado em juízo não se afigura excessivo. Precedentes.*

*3. A jurisprudência desta Corte Superior há muito converge no sentido de que, nas famílias de baixa renda, há presunção relativa de dependência econômica entre seus membros. Ademais, não se pode esquecer a dependência econômica do descendente em relação ao ascendente e do dever deste de prover a subsistência daquele, sendo, conseqüentemente, devida reparação por danos materiais ao filho menor, pela morte do pai em acidente. Precedentes.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.*

(EDcl no Ag 1407780/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 01/10/2012)

Com relação ao pensionamento, a Corte de origem decidiu, *in verbis* (fl.

510):

*"Tampouco deve prosperar a alegação de que o pagamento de pensão mensal à mãe do de cujus não é devido, uma vez que, restando comprovado que a demandada concorreu para o resultado danoso, deve a mesma ser responsabilizada pela perda*

*de um membro produtivo da família, mesmo que não comprovada atividade laborativa por este exercida.*

*Neste caso, correta a sentença recorrida que, utilizando como base o salário mínimo, estipulou o pagamento da **pensão mensal à primeira autora à razão de 2/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 anos, e 1/3 do salário mínimo daí até hipotéticos 65 anos, incidindo correção monetária e juros de mora a partir do evento danoso**".*

Assim, o acórdão recorrido também está de acordo com o entendimento desta Corte Superior no que se refere à pensão mensal fixada em favor da mãe da vítima. Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que, quando não comprovado o exercício de atividade laboral remunerada, o pensionamento deve ser equivalente a um salário mínimo e ser pago mensalmente. Confirmam-se:

*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ADOLESCENTE. VÍTIMA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE LABORAL À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PENSIONAMENTO MENSAL. VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. QUANTUM INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.*

*1. É cabível indenização a adolescente vítima de acidente cuja capacidade laboral foi reduzida, ainda que não exercesse atividade remunerada à época do evento.*

*2. A revisão de indenização por danos morais e estéticos só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.*

*3. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.*

***4. Não comprovado o exercício de atividade laboral remunerada, o pensionamento deve ser equivalente a um salário mínimo e ser pago mensalmente.***

*5. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 224.955/SP, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 03/11/2015)

*DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. QUEDA. ARQUIBANCADA. FIGURANTE. LESÕES FÍSICAS PERMANENTES. PENSIONAMENTO VITALÍCIO. SALÁRIO*

*MÍNIMO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HARMONIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. REVISÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO. RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. Ação de indenização por dano material e compensação por dano moral ajuizada em 17.10.2008. Recurso especial concluso ao gabinete em 27.10.2016. Julgamento: CPC/73.*

*(...)*

*6. O acórdão recorrido decidiu a questão, em sintonia com a jurisprudência da 3ª Turma do STJ, no sentido de que a pensão por incapacidade permanente, cujo termo inicial é a data do evento danoso, é vitalícia, pois a invalidez total ou parcial para qualquer atividade laborativa acompanhará a vítima ao longo de toda a sua vida. Precedentes.*

*7. A orientação da 2ª Seção desta Corte é no sentido de que caso não haja comprovação do exercício de atividade remunerada pela vítima do acidente, a pensão deve ser arbitrada em valor equivalente a um salário mínimo. Precedentes.*

*8. É clara a necessidade de se arbitrar valor proporcional e estritamente adequado à compensação do prejuízo extrapatrimonial sofrido. Por outro ângulo, a compensação financeira arbitrada não pode representar enriquecimento da vítima.*

*9. Assim, no tocante à fixação do valor da compensação por dano moral, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo.*

*10. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte, desprovido.*

*(REsp 1646276/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 14/08/2017)*

Registre-se, ainda, que, embora a parte recorrente defenda que o pensionamento deverá ser arbitrado em 1/3 do salário mínimo, não apresenta fundamentos específicos para amparar esse pedido de redução da pensão, de 2/3 para 1/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 anos, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE.*

*SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS ALEGADOS VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.*

(...)

*3. A mera insurgência desacompanhada de argumentação jurídica a sustentá-la configura fundamentação deficiente e torna incompreensível a controvérsia, que, em sede de especial, cinge-se, nos termos das alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, à demonstração fundamentada de contrariedade ou negativa de vigência pelo tribunal a quo à legislação ou tratado federal e à divergência interpretativa, o que absolutamente no caso em apreço não aconteceu. Na espécie, faz-se inarredável a incidência da Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".*

*4. À alegada contrariedade aos arts. 6º da LICC e 356 e 406 do CC incide o teor da Súmula 282/STF por falta de prequestionamento.*

*5. Não comprovado suposto dissídio por os julgados em confronto não possuírem a mesma moldura fática do caso em apreço.*

*6. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no Ag 1369415/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 04/10/2011)

A questão atinente ao percentual dos juros de mora não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, ainda que a parte ora recorrente tenha oposto embargos de declaração a fim de sanar eventual irregularidade. Ressalte-se que esta eg. Corte de Justiça consagra orientação no sentido da necessidade de prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, não sendo suficiente a simples invocação da matéria na petição de embargos de declaração. Caberia à recorrente, na hipótese, alegar violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, providência, todavia, da qual não se desincumbiu. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AÇÃO DE RESOLUÇÃO PARCIAL DE CONTRATO E RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE ADIMPLEMENTO DE CONTRATO DE PLANTA COMUNITÁRIA. RECONHECIMENTO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ARTS. 538 E 884 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.*



**SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. O Tribunal de origem entendeu que "não tendo a demandada retribuído o investimento realizado pelo consumidor, conforme determinava a portaria que regulamentava a relação entabulada entre as partes à época, nada impede que o contratante postule e veja reconhecido seu direito em ver o valor investido devidamente devolvido. Rever esta conclusão esbarraria no óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ".

2. A matéria referente ao art. 884 do CC não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

**O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.**

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 663.279/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015, g.n.)

Contudo, assiste razão à recorrente no que se refere ao termo inicial dos juros de mora.

Como se observa, a Corte de origem manteve a sentença, em que se "estipulou o pagamento da pensão mensal à primeira autora à razão de 2/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 anos, e 1/3 do salário mínimo daí até hipotéticos 65 anos, incidindo correção monetária e **juros de mora a partir do evento danoso**".

Este entendimento destoa da jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de ser "a citação o termo inicial para a incidência dos juros de mora em caso de responsabilidade contratual, como ocorre *in casu*, em que a vítima era passageiro da composição ferroviária" (AgInt no AREsp 1016780/RJ, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018).

Em reforço:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE TRANSPORTE. QUEDA DO PASSAGEIRO DE COMPOSIÇÃO FÉRREA DURANTE A VIAGEM**

**OCASIONANDO SUA MORTE. 1. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. 2. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. 3. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. 4. PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO. QUESTÃO DECIDIDA COM BASE EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME NESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. No que se refere à fixação dos danos morais, a interposição do recurso especial exclusivamente sob o fundamento de divergência jurisprudencial inviabiliza o exame do tema, uma vez que, não obstante as semelhanças externas e objetivas, os acórdãos sempre serão distintos quanto ao aspecto subjetivo, evidenciando cada situação suas próprias particularidades e circunstâncias fáticas, além do grau de repercussão do evento danoso na esfera individual da vítima ou de seus familiares.*

*2. A ausência de particularização dos dispositivos legais supostamente violados, mesmo em se tratando de recurso especial fundado especificamente em divergência pretoriana, caracteriza deficiência na fundamentação, atraindo a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, por aplicação analógica.*

**3. Nos casos de responsabilidade contratual, o termo inicial para a incidência dos juros moratórios é a data da citação.**

*4. Tendo sido reconhecido o direito ao décimo terceiro salário sobre o valor da pensão com base em fundamento constitucional, mostra-se inviável o reexame da questão em âmbito de recurso especial.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no REsp 1444068/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, DJe 26/6/2015)

Quanto ao valor da indenização por dano moral, constata-se que a parte recorrente, nas razões do apelo especial, não indicou nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEAS "A" E "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA**

284/STF.

1. *Em relação à alínea "a", a alegação genérica, sem a particularização dos dispositivos legais eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento deste STJ, atraindo a incidência, ao caso, da Súmula 284/STF.*

2. *Quanto à alínea "c", a ausência de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - teriam dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante a inviabilizar a abertura da instância especial, também atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgRg no AREsp n. 675.968/DF, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 17/4/2015.)*

Ainda que superado esse óbice, esta eg. Corte de Justiça tem decidido, reiteradamente, que, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ.

Contudo, na hipótese dos autos, não houve essa demonstração.

Da análise dos autos, denota-se que as circunstâncias fáticas expostas nos acórdãos paradigmas divergem do que foi exposto no aresto vergastado, pois tratam de hipótese em que a indenização por danos morais foi fixada em acidente automobilístico, enquanto nos autos a hipótese é de falecimento do filho e irmão dos autores em razão de queda de composição férrea.

Por fim, observa-se que a redistribuição dos honorários advocatícios, nos termos do art. 21 do CPC/73, foi indeferida pelo Tribunal de origem sob o argumento de que *"não há que se falar em sucumbência recíproca, uma vez que os pedidos autorais foram julgados procedentes, razão pela qual entendo que os honorários advocatícios devem ser mantidos no percentual de 10% sobre o valor total da condenação"* (fl. 510).

Assim, tendo sido mantida a decisão em quase sua totalidade, não há que se falar em sucumbência recíproca das partes.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, tão somente

para determinar que os juros de mora sobre a pensão estipulada em juízo incidem a partir da citação.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator

